



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
"Cidade símbolo da Integração brasileira com países do MERCOSUL"
(Lei Federal 12.095 de 19/11/2009)
Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAMA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - DEMA

LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO

LO 01381 - 2014

O SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE criado pela Lei Municipal nº 5.060/2006 de 30 de março de 2006, e suas legislações pertinentes onde o Departamento Municipal de Meio Ambiente - DEMA habilitado pela Resolução CONSEMA nº 025/2002 - DOE em 12/11/2002, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e atribuições municipais com base na Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 05/98 de 19 de agosto de 1998, Resolução CONSEMA nº 04/2000 de 28 de abril de 2000, Resolução CONSEMA 102/2005 de 13 de junho de 2005, Resolução CONSEMA 167/2007 de 19 de Outubro de 2007, Resolução CONSEMA 168/2007 de 19 de Outubro de 2007 e Convênio de Delegação de Competências exarado pela FEPAM e DEMA, bem como demais legislações pertinentes ao tema, com base nos autos Protocolares do Processo Administrativo Municipal nº008131/2013 de 17 de julho de 2014 - SEPLAMA/DEMA, expede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO - RENOVAÇÃO que autoriza a:

Esta Licença Ambiental LO nº01381/2014 RENOVA a LO 01198/2013

EMPREENDEDOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO
CNPJ/MF: 88.124.961/0001-59
ENDEREÇO: RUA RIVADÁVIA CORREA, Nº858
BAIRRO: CENTRO DISTRITO:
MUNICÍPIO: SANTANA DO LIVRAMENTO - RS CEP: 97573-010

Para promover a atividade de: LAVRA DE BASALTO PARA USO IMEDIATO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, A CÉU ABERTO, SEM BENEFICIAMENTO E COM RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA

Localizado: NO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO - 2ºDISTRITO, ESPINILHO-UPAMAROTI - BALASTRIRA ROSELI NUNES.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS APRESENTADAS NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA Latitude: -31.01950991° - Longitude: -55.40601150° Datum: SAD 69
--

Ramo de Atividade: **532,6**

Impacto Ambiental: **MÉDIO**

5741

- terreno em bancadas aplainadas e individualizadas por taludes com altura máxima de 4,0 metros, conforme PCA;
12. A lavra será realizada com desmonte em bancadas que iniciarão na região topográfica onde anteriormente já houve extração de material. O avanço de lavra será realizada, em direção sudeste. Deve atender o plano de lavra apresentado onde a evolução será ao longo de taludes que não ultrapassam 4 m de altura com bermas com largura superior a 6m.
 13. O material deve ser utilizado para aplicação direta em obras públicas conforme relatado no processo. Não é permitida a comercialização do bem mineral, o que caracteriza mineração.
 14. O equipamento usado para a extração mecânica do basalto e solo areno-argiloso serão retroescavadeiras e tratores. Em caso de mudança desta metodologia deverá ser comunicado imediatamente a este Órgão Ambiental para análise.
 15. Esta autorização permite exclusivamente o movimento de terra no local indicado, não sendo permitida outra utilização para o material extraído.
 16. Não é permitida a supressão de qualquer vegetação arbórea sem consentimento prévio do órgão ambiental competente;
 17. Não é permitido movimento de terra fora da área objeto;
 18. Deverá ser aumentado em, pelo menos, em um (01) metro a altura do maciço da bacia de sedimentação para evitar que em situações de pluviometria elevada não ocorra o extravasamento da água contida na bacia;

II - Quanto às características da área de aplicação:

19. Deverão ser mantidas as distâncias estabelecidas por lei das áreas de preservação permanente;
20. Deverá ser mantida as condições da PCA/RCA, conforme estabelecido no processo inicial deste licenciamento;
21. Deverá ser feito o dreno e valas de condução da água pluvial.
22. Deverá ser desassoreada a bacia de sedimentação, e apresentado projeto para elevar a altura do maciço da bacia de sedimentação de forma a preservar a AII a jusante do empreendimento.
23. A configuração final proposta para o terreno deverá permitir a reintegração da área ao meio, com aplicação das medidas mitigadoras e de recuperação do solo;
24. A área licenciada deverá ser protegida do acesso de pessoas estranhas, objetivando evitar utilização indiscriminada por terceiros;
25. Deverá ser construído um sistema de canais de escoamento para as águas pluviais para proteger da erosão tanto a crista dos taludes, quanto o pé destes taludes. As águas deverão ser direcionadas para uma bacia de sedimentação;

APL

Não podem ser iniciadas quaisquer outras atividades na mesma ou novas obras, sem a prévia autorização deste órgão, através da concessão da LICENÇA AMBIENTAL;

Esta LICENÇA AMBIENTAL não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

Este documento deverá estar disponível no local da atividade licenciada até sua conclusão, para efeito de fiscalização.

VALIDADE: DE 13 DE AGOSTO DE 2014 ATÉ 13 DE AGOSTO DE 2015

